

QUANDO FALAM OS RIOS DA AMAZÔNIA: QUEM SÃO E COMO SÃO PRODUZIDOS OS ATINGIDOS POR GRANDES PROJETOS EM BARCARENA, NO PARÁ

Robert Damasceno Monteiro Rodrigues¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar um recorte de uma análise sobre o modo como são produzidos os afetados por grandes projetos minerais, logísticos e portuários no município de Barcarena, no estado do Pará. Partimos das histórias de vida de quatro atingidos, suas reflexões, análises, concepções e experiências em relação aos grandes projetos. A produção desses impactados é concebida na perspectiva da psicologia social crítica e, portanto, fundamenta-se nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, por considerar os sujeitos como produtores da história e da realidade e, desse modo, de si próprios. Ao analisar as transformações nos modos de vida deles, concluímos que é indispensável considerar a realidade de suas experiências com os grandes projetos, pois é ela que materializa a totalidade dos fatores sociais, econômicos, ideológicos, objetivos e subjetivos, macro e microestruturais que se articula para determinar o modo como são produzidos.

Palavras-chave: Atingidos. Grandes Projetos. Barcarena. Amazônia. Psicologia Social Crítica.

WHEN THE AMAZON RIVERS SPEAK: WHO THEY ARE AND HOW THOSE AFFECTED BY LARGE PROJECTS IN BARCARENA, PARÁ ARE PRODUCED

ABSTRACT

This article has as an objective introduce a piece of an analysis about the way the big projects in the municipality of Barcarena, in the state of Pará, are produced. We start from the life's history of four affecteds, from their reflections, analysis, conceptions and experiences related to the big projects. The production of the affecteds is conceived on the social-critical psychology's perspective, therefore, is based on the dialectical historical materialism's assumption, for considering the people as producers of history and reality and, thereby, producer of their own. By analyzing the transformation in the lifestyle of the affecteds, we conclude that is essential to consider the reality of their experiences with the big projects, because They are the ones that materialize the totality of social, economics, ideological, objective and subjective factors, macro and microstructural that articulate to determine the way They are produced.

Keywords: Affected. Big Projects. Barcarena. Amazônia. Social-Critical Psychology.

Data de submissão: 28.07.2023

Data de aprovação: 25.04.2024

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado desenvolvida junto às comunidades tradicionais de Barcarena, no estado do Pará. Um estudo feito a partir de entrevistas, observações e diários de campo, onde os atingidos participaram não apenas como interlocutores ou informantes, mas como protagonistas da investigação, fornecendo através de suas histórias, seus modos de vida, suas análises, experiências, sentimentos e reflexões sobre a realidade, os

¹ Psicólogo pela UFPA e Mestre em psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador Técnico do Conselho Regional de Psicologia Pará e Amapá (CRP-10). E-mail: robertdr.psi@gmail.com

materiais necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Aos entrevistados daremos aqui os nomes de Amazonas, Tapajós, Tocantins e Xingu.

Nosso objetivo, neste trabalho, é analisar o modo como estes e tantos outros atingidos são produzidos pelos grandes projetos minerais, logísticos e portuários instalados em Barcarena. Esta é uma cidade do Pará, localizada a 40 km de Belém, a capital do estado. É banhada pelas baías do Marajó e do Guajará, ocupando atualmente uma área de 401 km². A sua formação histórico-territorial remonta ao século XVII quando, em 4 de março de 1653, o padre jesuíta José Delgardes procedeu a fundação da Vila Murucupi – hoje chamada Vila do Conde – então habitada pelos índios Mortigura (BARROS, 2007).

Segundo Carmo (2020), Barcarena é uma das cidades de maior expansão na Amazônia Oriental (região que compreende os estados do Pará, Amapá, Tocantins e parte do Maranhão); isto em consequência dos grandes projetos minerais, logísticos e portuários que, desde a década de 1980, vêm sendo implantados no município, provocando intensas, profundas e duradouras transformações em sua realidade social, econômica, política, cultural e ambiental e produzindo, ao longo do tempo, grandes impactos a milhares de pessoas.

Essa pesquisa não existiria sem as pessoas afetadas por esses projetos. Eles são, também, os protagonistas da construção deste texto e da produção científica, o que Moraes (2014) sintetiza como “pesquisarCOM”, onde são estranhados e modificados os papéis e lugares pré-concebidos de pesquisador e pesquisado, possibilitando a reinvenção de ambos os integrantes da pesquisa. Mas quando falo em atingidos, neste caso, estou me referindo não apenas àqueles que participaram como interlocutores – os quatro que conhecemos, convivemos e entrevistamos em Barcarena – mas também ao conjunto de afetados em Barcarena, no Pará, na Amazônia e no Brasil; tanto dos que ainda vivem, quanto dos que já se foram.

O lugar de onde falamos é o da psicologia e, mais especificamente, da psicologia social crítica, considerando as especificidades da formação do ser social a partir dos pressupostos teórico-metodológico-políticos do materialismo histórico-dialético. Um campo que se desenvolve na psicologia, criticando-a e propondo uma abordagem crítica da realidade, concebendo a produção dos sujeitos na perspectiva da unidade, sem dissociar as suas dimensões subjetivas e objetivas, individuais e coletivas, econômicas e ideológicas, macro e microestruturais (VAISMAN, 2009; CHAGAS, 2013).

A psicologia social crítica, portanto, na medida em que se fundamenta na realidade social da América Latina, através da contribuição de importantes psicólogas e psicólogos como Martín Baró, Maritza Montero, González-Rey e Silvia Lane, ganha materialidade em abordagens como a psicologia comunitária e a psicologia da libertação, constituiu-se em um modo de pensar e intervir na realidade social enquanto uma práxis, tendo em vista a superação e a transformação radical das condições estruturantes que determinam a exploração, a opressão e a dominação na sociedade capitalista (LANE, 1989; MARTÍN-BARÓ, 2013).

Desta feita, é deste prisma que buscamos compreender o modo como ocorre a produção dos atingidos em Barcarena, analisando as transformações provocadas pelos grandes projetos em seus modos de vida. Esta categoria – modos de vida – que está presente em diversos campos das ciências sociais e humanas, assumindo os mais variados significados e conotações, é aqui concebida conforme Marx & Engels (2007, p. 87) utilizam n’A *Ideologia Alemã*, referindo-se à síntese do que seriam as condições de produção e reprodução da realidade pelos próprios seres humanos e, portanto, de si próprios. Nesta perspectiva, os sujeitos ao mesmo tempo em que transformam a realidade, são transformados por ela; isto quer dizer que, ao produzirem a realidade, produzem também a si próprios.

No que tange à definição de atingido, de acordo com os que já foram demonstrados pela Comissão Mundial de Barragens (CMB/ONU, 2000) e de estudos do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Humana (CNDH), as violações aos direitos das populações afetadas estão intimamente relacionadas ao conceito em questão. Do mesmo modo, segundo Vainer (2005) e

MAB (2019) essa noção é um conceito em disputa, que diz respeito à legitimação de direitos e de seus detentores.

Entretanto, a história demonstra que, de um lado, é só a luta que garante os direitos e, de outro, esta é uma luta desigual, onde as forças políticas e econômicas em disputa são também determinantes e, na maioria das vezes, corroboram para um esvaziamento da amplitude necessária da noção de atingidos e a consequente violação de seus direitos. Segundo Zhouri (2019), é em torno da identificação dos atingidos que ocorrem os maiores conflitos, principalmente quando estes se constituem em sujeitos que enfrentam processos históricos de vulnerabilização, como camponeses, pescadores, ribeirinhos, pequenos produtores rurais, indígenas e quilombolas – o caso de Barcarena.

É neste sentido que buscamos contribuir, através deste artigo, tanto com o esforço na direção da elaboração do conceito de atingido, verdadeiramente amplo e garantidor de direitos, como com as suas próprias lutas, apresentando um recorte de suas histórias de vida, bem como algumas de suas experiências, análises e compreensões sobre os grandes projetos e o que é ser impactado por eles, considerando tanto o acúmulo do que já vem sendo produzido sobre o tema, quanto a análise mais ampla sobre o modo como são produzidos pelos grandes projetos em Barcarena.

1 CONHECENDO OS ATINGIDOS

Amazonas é uma mulher que luta para tudo na vida. Negra, de olhos sérios e profundos. Ela é moradora da comunidade quilombola São João. Quando ainda era adolescente, contudo, foi morar em Belém para estudar, trabalhou como empregada doméstica vários anos e não conseguiu o que queria. Voltou para Barcarena, mas não para sua comunidade, pois a família havia sido desapropriada e teve que encontrar outro local para viver. Amazonas não é só ela – é também um “nós”, um coletivo; carrega consigo a história da família e da comunidade. “Eu nasci aqui, mas nós saímos por um período e voltamos. Então a partir daí a gente vem lutando, né? Buscando os nossos direitos, os nossos benefícios, que são escassos, mas a gente tá tentando” (AMAZONAS, 2021).

Desde então, ela é uma liderança em sua comunidade e busca organizar os demais moradores para lutarem por seus direitos. O seu trabalho está relacionado, principalmente, com o território, com a continuidade da sua posse pelas famílias e com a permanência delas em suas terras; muitas que, assim como a dela, um dia foram deslocadas compulsoriamente e lutaram até conquistarem o retorno. Para sobreviver, porém, ela precisou se adaptar e passou a produzir refeições, vender comida para poder comer. Juntamente com a comunidade, ela já não consegue trabalhar na terra, com a lavoura; tem apenas as suas criações de animais, como porco e galinha. Assim os moradores vão se ajudando: um vende para o outro que vende na feira. Uma forma de se relacionar que preserva os laços de solidariedade e parentesco que antes fundamentavam o modo de vida dessas pessoas e que, atualmente, constituiu-se em uma necessidade, sem a qual tornar-se-ia ainda mais difícil superar as dificuldades impostas pela escassez de benefícios a que são submetidos.

A vida, hoje, para Amazonas (2021), “é uma vida de luta. É lutar pra tudo”. Um modo de vida fundamentado na luta, na resistência e na organização coletiva. Esse modo de vida, onde o viver lutando se materializa em diversos níveis, desde a luta para sobreviver, até a luta por direitos básicos que são violados pelos grandes projetos, é produto das contradições geradas por estes últimos na vida do povo barcarenense. Amazonas, como atingida, aprendeu na prática que é apenas com a luta que se conquista a assegura direitos; e no seu dia a dia, em seu modo de vida, no movimento social que faz parte, na associação de moradores, em sua comunidade, tenta organizar mais pessoas para esta luta.

Tapajós, por sua vez, mora no Quilombo Sítio Conceição. Homem negro, de olhos crispados, com traços que, sem dúvida, carregam a história e a memória dos povos originários que há muito tempo habitaram Barcarena. Com 46 anos, ele se considera um indígena quilombola. Ao falar de si, ele se confunde com o território e se identifica enquanto coletividade, com o conjunto dos demais habitantes tradicionais da comunidade: “A gente nasceu; nascemos aqui. Nós somos nascidos aqui no Quilombo” (TAPAJÓS, 2021).

Ele é um indivíduo, mas também é um nós, um coletivo – atravessado, marcado e constituído pela diversidade daqueles que são iguais a ele; nas suas palavras: “E durante a chegada do chamado complexo industrial em Barcarena, na década de 80, denominado de Albrás-Alunorte. E a gente vem traçando, durante essas décadas, traçando diariamente a luta e resistência dentro de nosso território” (ibidem). Dentro do território, apesar das diferenças e particularidades de cada um, existe uma igualdade unificadora que se expressa, dentre outras formas, na luta e resistência que vem sendo traçada desde a chegada dos grandes projetos.

Quando criança, ele foi, junto com a família, desapropriado e deslocado compulsoriamente de seu território. Foi para terras outras, pertencentes a outras pessoas, dependendo da boa vontade da igreja e de outras comunidades para conseguir se abrigar e, minimamente, produzir os meios de vida necessários para sobreviver. Foi só depois de vários anos e, a partir de muita luta, que ele conseguiu retornar para seu local de origem.

Como nos contou, antes da reconquista do território, Tapajós precisou, junto com a família, catar lixo para sobreviver; das sobras de comida dos operários que construíram os grandes projetos em Barcarena, descartadas no lixão criado pelas mesmas empresas, era de onde ele, sua família e muitas outras conseguiam se alimentar. Do mesmo modo, com a perda do território e a contaminação dos rios, o seu pai já não podia mais pescar, plantar ou colher e a sua mãe, que dependia da argila retirada do rio para produzir louças de barro, também perdeu o seu ofício. Isso foi o que ele aprendeu com os pais para seu sustento, mas hoje trabalha fazendo pequenos serviços de informática. Ele também, precisou se adaptar, teve os seus modos de vida profundamente transformados em decorrência dos grandes projetos.

Já Tocantins é um homem de 53 anos, negro, de olhos agudos e um cenho levemente franzido. Como nos contou, ele é nascido em Barcarena, na região da Cabeceira Grande; nas suas palavras, “num terreno que tá envolvido nessa situação de desapropriação”. Com a chegada dos grandes projetos, ele e sua família foram desapropriados de suas terras. Hoje ele mora no Furo do Arrozal. Foi lá onde ele se casou e constituiu família. Ele conta que “só aqui nesse sítio a gente mora mais de 40 anos já”. A história que antecede essas quatro décadas, porém, é marcada por sucessivos deslocamentos, que sem dúvida determinam, em boa medida, quem ele é hoje:

Nós moramos na Ilha das onças, nós moramos... viemos morar aqui nesse Arrozal. Aqui nesse Arrozal nós moramos em três terrenos com esse aqui; porque não tínhamos terra, nós éramos sem-terra. Então nós ficava numa... num terreno aí o proprietário queria que a gente fizesse um serviço que ele tinha mercado pra vender. Por exemplo: era lenha, era carvão e açaí, né? Aí tinha que fazer lenha ou carvão, eram as duas... os dois produtos que circulavam mais aqui nesse Arrozal (TOCANTINS, 2020).

Ele foi atingido, desapropriado, sem-terra, migrante. Junto com a família, precisou vender sua força de trabalho em troca de um terreno para morar; tiveram que fazer lenha e carvão, pois eram os produtos que mais circulavam à época. Era um tempo de muitas dificuldades. “Não tinha escola, não tinha educação, não tinha saúde, não tinha não... Não tinha meios de as pessoas melhorar de vida. A alimentação era muito difícil; era muito difícil essa parte de...de arrumar recurso, né?” (TOCANTINS, 2020). Ele conta que, quando ainda moravam na Cabeceira Grande, seu pai tinha que ir remando em Belém para entregar produção

– eram 3 dias para ir e voltar. A família era grande, com muitos irmãos. Já no Arrozal, ele também começou a trabalhar:

Aí a gente ajudava o papai a pegar uma empreita de uma roça, uma capina pra... pra ver dinheiro, né? Então trabalhava com.... fazer paneiro, fazer.... Eu fazia muitos paneiros. Paneiro pros comércio; comprava pra colocar os mantimentos que as pessoas compravam; tinha que ir num paneiro, né? Num paneirinho; não tinha saco plástico. E a gente acabava indo também pra essa atividade, que era uma atividade praticamente de artesão; atividade artesã (TOCANTINS, 2020).

De uma forma ou de outra, os paneiros ainda lhe acompanham; mas ele não tem mais de tecê-los. Hoje, Tocantins (2020) se apresenta como “agricultor familiar, casado e dirigente sindical”. Ele é ribeirinho, pilota rabeta no rio e sobe em açazeiro; trabalha e contribui para o sustento da família; participa de reuniões, assembleias e atos. Muito do que ele faz, hoje em dia, e da forma como faz, é fruto dos desafios e dificuldades enfrentadas, junto com sua família, desde que foram forçados a deixar sua localidade de origem.

Xingu, por seu turno, é uma mulher de 55 anos. Pele branca, queimada pelo sol; aparenta ter menos de um metro e meio de altura. Ela é casada com Tocantins e mãe de sete filhos; destes, quatro são com o marido, com quem já vive há 26 anos. Os demais são adotivos. Ela diz: “no meu dia-a-dia tudo que tu pode imaginar eu faço”. E definitivamente, seria difícil descrever em detalhes todas as coisas que ela faz. Atualmente, uma das suas atividades é administrar a construção de sua casa nova. Ela mora no Furo do Arrozal, o local onde nasceu e de onde não tem planos de sair. “E minha mãe e meu pai, tudo moravam aqui; meus avós. E eu nasci [...] Eu nasci ali, do lado da Trambioca. Só fiz atravessar pra cá” (XINGU, 2020). O Furo do Arrozal nasce no Rio Acará e deságua na Baía de Marajó, margeando, de cada lado, a Ilha Trambioca e Barcarena.

Xingu, na sua infância, não teve escolha, ela tinha que ir para a roça. Ajudava a colher, a arrumar maxixe, quiabo e a vender. Hoje em dia ela continua, também, a trabalhar com agricultura: “Trabalho em casa, fora, porque eu sou agente comunitária, que eu já falei, né? É... Planto, crio. Não sei se vocês viram, eu tenho bastante franguinhos lá no barracão, né?” (XINGU, 2020). Além da criação de seus franguinhos, ela também mantém pequenas plantações de legumes, temperos e ervas medicinais para o consumo direto da família. Diferente dos demais atingidos, Xingu não foi desapropriada de seu território, mas sente cotidianamente os efeitos provocados pelos grandes projetos, principalmente na saúde das comunidades ribeirinhas, pois também é agente comunitária de saúde e, todos os dias, acompanha famílias adoecidas física e mentalmente, seja devido à poluição do rio que contamina os seus organismos de metais pesados, seja porque perderam os seus modos de vida tradicionais.

Xingu é atingida; como mulher, mãe, trabalhadora da saúde, liderança comunitária e como quem faz tudo que se possa imaginar. Ela sente de forma multiplicada, o peso do patriarcado, o abandono do poder público e as consequências dos grandes projetos. O seu cotidiano revela um modo de vida profundamente transformado, mas que também se expressa em suas lembranças que ficam como um vídeo em sua cabeça, em seus sonhos, em seus desejos e na sua força de vontade. Em sua vida – uma vida material, de histórias reais, de uma impactada real – são sensíveis alguns dos traços mais marcantes que constituem muitos dos afetados em Barcarena. Em sua atividade, em seu trabalho, no modo como ela o desenvolve, está a principal forma de exteriorização da sua existência física e subjetiva.

2 OS GRANDES PROJETOS E A PRODUÇÃO DE ATINGIDOS

Os atingidos, cada um a seu modo, sentem, compreendem e se posicionam de formas diferentes em relação aos grandes projetos. Tapajós dá ênfase aos efeitos provocados sobre o

território e os modos de vida das comunidades tradicionais; Amazonas ressalta consequências nefastas associadas aos grandes projetos, como a violência e a insegurança de quem a eles se contrapõe; Xingu, por sua vez, salienta os impactos provocados na saúde da população, em especial dos ribeirinhos; já Tocantins tem uma grande preocupação com a perda da capacidade produtiva das famílias, a falta de subsistência e os prejuízos sobre a agricultura familiar.

Estes elementos são apenas alguns dos evidenciados a partir da experiência dos afetados com os grandes projetos, outros ainda serão apresentados. Desde já, contudo, é possível afirmar que existe uma definição própria destas pessoas sobre o que são os grandes projetos, que emana desde seus modos de vida, de como pensam e efetivam a sua existência e, à essa definição, fruto da realidade concreta, soma-se o esforço de síntese operado por diversos estudiosos, comprometidos em contribuir com a defesa dos direitos dos atingidos, que se debruçam para compreender os grandes projetos na Amazônia.

São inúmeros os trabalhos, nos mais variados campos do conhecimento, dedicados ao tema dos grandes projetos. Não obstante que, dentre estes estudos, alguns acabem se limitando aos seus impactos ambientais (SILVA; SILVA, 2011), não são poucos os que buscam compreendê-los e problematizá-los de maneira multidimensional, sem ignorar suas especificidades no que diz respeito ao meio ambiente, mas tomando-as como indissociáveis de suas dimensões sociais, econômicas e políticas e suas consequências sobre os atingidos.

É importante destacar que existe um acúmulo histórico de consideráveis pesquisas sobre as Usinas Hidrelétricas (UHE) no Brasil que são fundamentais para a análise e compreensão dos grandes projetos. Em nosso país, as primeiras grandes barragens remontam sua construção à época da ditadura militar, momento em que o Estado brasileiro passou a investir no setor hidrelétrico visando suprir a demanda que crescia a taxas superiores à oferta de energia (Hon, 2016). Nesse contexto, foram construídas importantes usinas e delas se desdobraram um conjunto de estudos. Destacam-se, neste quesito, os realizados por Sigaud (1986) sobre os efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos, no caso das barragens de Sobradinho e Machadinho, bem como os de Germani (2003) e Magalhães (2007), analisando os conflitos envolvendo a hidrelétrica de Itaipú e os deslocamentos compulsórios provocados pela barragem de Tucuruí, respectivamente.

Importantes, também, são as investigações sobre as especificidades das hidrelétricas na Amazônia (FEARNSIDE, 2015; SILVA JÚNIOR; PETIT, 2015), em especial sobre a UHE Belo Monte, no Pará, que impôs novos desafios, principalmente no campo da definição e reconhecimento dos atingidos (MAGALHÃES; CUNHA, 2017; ESTRONIOLI, 2021). Ao mesmo tempo, para além do esforço em ampliar a análise sobre os grandes projetos, visando apreendê-los cada vez mais nas suas variedades de efeitos, dimensões e escalas, o empenho de buscar uma visão integrativa, articulada e multimodal entre os diferentes grandes projetos merece, certamente, ser referido. Destacam-se trabalhos como os de Leal (2016), Castro (2017), Porto-Gonçalves (2017) e Marques (2019), que discutem a Amazônia em perspectivas históricas, sociológicas, políticas e geográficas, tomando a inter-relação e a complementariedade de grandes projetos, como hidrelétricas, indústrias minerárias, estradas, ferrovias, hidrovias e portos como constitutivas da realidade amazônica e de seu papel na acumulação capitalista.

Os estudos que se concentram sobre o tema da mineração também merecem especial atenção, visto que a indústria minerária vem cumprindo o papel de, ao mesmo tempo, impulsionar e aglutinar um conjunto de outros grandes projetos para atender às suas necessidades, sejam elas energéticas, em subsídios e insumos, infraestruturais, de transporte e escoamento da produção. Avolumam-se, nessa direção, diversos estudos que discutem de maneira crítica o Programa Grande Carajás (PGC) – um dos exemplos de funcionalidade intermodal dos grandes projetos na Amazônia, mas com a base produtiva assentada sobre os minérios (VALVERDE, 1989; COELHO, 2015).

Mais recentemente, sobressaem-se importantes pesquisas sobre os graves crimes, travestidos de desastres e que se tornam grandes tragédias, decorrentes da exploração mineral no Brasil – especialmente os praticados pela mineradora Vale e PHP Billiton nas cidades mineiras de Mariana e Brumadinho, em 2015 e 2019. Neste campo, vão trabalhos como os de Mansur et al (2016,) Zhouri et al (2016), Losekann (2018), Zhouri (2019) e Laschefski (2020), com análises precisas sobre os efeitos sociais, econômicos, políticos e ambientais acarretados por estes crimes. Por fim, as pesquisas sobre os grandes projetos em Barcarena, como as de Tourinho (1991), Fialho Nascimento (1999), Hazeu (2015), Maia (2017) e Castro (2019), ganham aqui destacada relevância, visto que, desenvolvidas por importantes pesquisadores da Amazônia, contribuem para a problematização das indústrias minerárias instaladas no município, seu papel na estratégia capitalista e na formação socioeconômica regional, bem como seus impactos que se fazem sentir nos modos de vida das comunidades tradicionais de seu entorno.

Todos estes trabalhos, contudo, são fruto de uma realidade concreta, edificada sobre um modelo econômico voltado à produção de mercadorias, mas que tem como meio a exploração de bases naturais altamente lucrativas e que impacta diretamente a vida de inúmeras pessoas. Os atingidos, portanto, por vivenciarem as consequências acarretadas pelos grandes projetos, expressam, a partir da sua realidade, todas as características que podem ser encontradas em algumas das definições mais gerais, como sínteses teóricas do que são os grandes projetos. Deste modo, para Becker (1997, p. 63), há que entendê-los como uma forma espacial, caracterizada:

(1) pela escala gigante da construção, da mobilização de capitais e mão de obra; (2) pelo isolamento, implantando-se geralmente como enclaves, dissociados das forças locais; (3) pela conexão com sistemas econômicos mais amplos, de escala planetária, de que são parte integrante; (4) pela presença de núcleos urbanos espontâneos ao lado do planejado, expressão da segmentação da força de trabalho, qualificada/não qualificada.

Cada uma dessas características, por sua vez, ganha materialidade na experiência dos atingidos, na sua história, em suas memórias, em seus sentimentos e temores, na análise que eles fazem da realidade. Tocantins nos dá uma noção da magnitude da construção dos grandes projetos, ao relatar sobre a quantidade de empregos para trabalhar nos canteiros de obra em Barcarena:

Essa situação aqui toda ela trouxe, de princípio, muitas pessoas pra Barcarena. Tinham mais de 10.000 empregos. Eram canteiros e canteiros de obra aí pra fazer[...] primeiro fazer [...] hoje a Vila dos Cabanos, né? Muitos prédios; as casas pras pessoas, pros operários que iam trabalhar nas fábricas se alojarem. Depois precisava dos alojamentos pra essas pessoas ficarem, né? Dos alojamentos, cozinha (TOCANTINS, 2020).

Enquanto isso, Tapajós conta a história de como os grandes projetos chegaram no município desconsiderando totalmente os modos de vida das famílias tradicionais. Suas formas de moradia não foram respeitadas, tão pouco o significado que atribuíam à terra e aos rios, sua relação com o território e sua concepção de riqueza. Enquanto se dissociam das realidades locais, eles também promovem a degradação do meio ambiente pela apropriação privada dos recursos naturais, porém sem proporcionar a geração de qualquer tipo de valor agregado que compense as perdas ocasionadas, produzindo situações irreversíveis.

As empresas trazem muito impacto negativo pra dentro das comunidades; porque elas não respeitam a comunidade, entendeu? Tudo que a gente tinha, pra ela não significava nada. Era uma casa humilde, uma casa bem [...] bem humilde. Às vezes

era de... de barro, era de palha. Então isso daí [...] “Olha, isso daí não é nada! Vocês vão ter emprego, vão fazer uma casa bonita, de alvenaria”. Pra ela isso não significava nada. Mas não era ali, a casa. Pra nós não era casa. Era a terra. Então era isso que... era o rio. Era isso que era nossa riqueza. E hoje não tem mais. Tem situações hoje, em relação aos territórios, irreversível. Não tem como voltar mais, não tem. Eu nem acredito que esse rio, hoje, possa ser revertido essa situação. É uma situação irreversível, porque é anos e anos aí impactado, entendeu? (TAPAJÓS, 2021).

Já Amazonas (2021), expressa, do seu ponto de vista, a dinâmica global associada aos grandes projetos que, apesar de possuírem as suas estruturas físicas nos locais onde realizam a exploração dos recursos naturais – produzindo no mais das vezes produtos primários ou semimanufaturados – realizam o valor dessas mercadorias em sistemas de comércio internacionais, onde empresas de diversas nacionalidades se associam e, os lucros de suas transações, ficam em seus países de origem. Para ela, “esses grandes projetos, são grandes projetos sim, mas que levam os lucros tudo pra fora”; e complementa: “Porque esse progresso ele não é daqui. Ele é daí de fora pra cá. Vai beneficiar? Sim! É Argentina, Argélia, Noruega, Estados Unidos, China, Japão”.

O processo que envolve, por sua vez, tanto a chegada de trabalhadores vindos de outras regiões para se empregar nos grandes projetos, quanto às ocupações de terra executadas por estas pessoas, por não terem onde morar, é descrito por Xingu (2020):

Vai ter várias e várias outras ocupações por aí, né? E nas ocupações a gente já sabe. Ah, o projeto chama o povo de fora, né? Chama o povo de fora, o povo de fora vem; vai ocupar seja onde for pra ele ficar, porque o prefeito não vai dar a quitinete pra ele, não vai dar um domicílio pra ele. Não! Então as pessoas de fora geralmente vem né, com aquela [...] com aquele anúncio de emprego; quando chega às vezes nem sempre consegue logo, né? Muitos vem mesmo, mas não consegue; já não tem nem como voltar; já vai ficando, né?

Fica fácil perceber a relação entre a formação de pequenos núcleos urbanos sem planejamento e a segmentação da força de trabalho empregada nos grandes projetos, visto que, aqueles que recorrem às ocupações são, majoritariamente, os trabalhadores menos qualificados, que assumem os postos mais precarizados e de menor remuneração – isso quando conseguem o emprego – principalmente na fase de construção e que, passado o período mais operário da obra, ficam a maioria desempregados, porque, segundo Tocantins (2020), “eles não iam morar no... dentro da Vila, pegar uma casa daquelas lá, né?”. Nas palavras de Amazonas (2021): “Porque é trabalho que vem, por um período de tempo; mas depois vai ficar só os técnicos de fora, os profissionais de fora. Eles vão pegar o quê? Pedreiro, ajudante, algum técnicozinho daqui, mas não fica, tá entendendo? Não vai ficar”. Estes profissionais de fora, considerados como mão de obra qualificada, são os que vão morar no núcleo urbano planejado, construído por aqueles que perderam seus empregos e não tem onde viver.

Neste sentido, a consideração dos grandes projetos como enclaves, segundo proposto por Becker (1997) guarda uma estreita relação com a formulação de Mbemb (2016), quando propõe a noção de “enclaves econômicos” ao elaborar sobre o conceito de necropolítica, referindo-se à regiões onde as demarcações dos movimentos e fluxos dos capitais estão associados à extração de recursos que provocam a modificação da relação entre as pessoas e as coisas, convertendo esses espaços em lugares privilegiados de guerra e morte. Barcarena e seus habitantes, deste prisma, são convertidos como matáveis perante as necessidades lucrativas do capital, que dissocia as forças e formas de organização locais, relegando as populações a uma classificação descartável mediante o alcance dos objetivos primários das grandes empresas.

Algumas destas características dos grandes projetos, apresentadas até aqui, são reforçadas por Castro (2019), que também parte da consideração de que eles são enclaves, porque exploram regiões inteiras sem integrá-las efetivamente aos circuitos mais amplos de

produção da riqueza. A autora, porém, acrescenta alguns elementos que são dignos de nota, pois remetem diretamente à realidade imediata dos atingidos. Os grandes projetos:

2) impõe uma dinâmica expansionista, processo contínuo de apropriação de novos territórios e de seus recursos naturais, para atender a produção de commodities – minerais, florestais e do agronegócio; 3) têm dinâmicas frequentemente acompanhadas de crimes relacionados à terra, como a grilagem, expulsão da terra de famílias de moradores (deslocamentos forçados), morte de lideranças locais, inviabilidade de reproduzir a vida e o trabalho devido a contaminação de mananciais, entre outros; 4) produzem alto grau de externalidades, não reconhecidos pelos empreendimentos como passivos, nem produtores de danos sociais e ambientais; 5) e, por serem megaempreendimentos com produção intensiva, contém um componente de alto risco, e imprevisibilidade, cujo controle humano pela gestão e pela tecnologia, tem se revelado inconsistente, inseguro e ineficaz (CASTRO, 2019, p. 17).

Mais uma vez, os atingidos nos ajudam a dar materialidade aos aspectos que compõem a complexidade dos grandes projetos. Em seus modos de vida, em suas lutas cotidianas, em seus modos de produzir os seus meios de subsistência, na apreensão ante o imprevisível, eles, a todo momento, estão caracterizando – em seus termos, em suas palavras e formulações – os grandes projetos não como algo abstrato, mas concreto, porque se fazem sentir concretamente na imediatividade de seu dia a dia. Amazonas (2021) chama atenção para o processo de expansão, crescimento e apropriação de novos territórios motivado pela necessidade do grande projeto produzir mais – no caso do avanço da bacia de rejeitos DRS2² da Hydro-Alunorte – bem como as consequências associadas à essa dinâmica expansionista:

E se tu for andar, se você for direto daqui pra lá, você vai ver [...]. Quando a gente foi fazer aquela movimentação lá na Hydro, tu viu que era cheio de árvore essa beirada aqui tudinho lá. Se você for agora, você vai ver que tá tudo desmatado. Muda, muda. Aí o tempo, “ah, quente, quente!”. Não sabe por quê. Por causa [...]. Tão desmatando tudo, tão acabando com tudo. DRS2, ele tá avançando pra lá. Desmatando, acabando com nascente de rio e tudo mais. Acabando. Mas isso é o progresso, né?

Da mesma forma, o conjunto de crimes relacionados, tanto à apropriação privada dos territórios por parte dos grandes projetos – onde o que entra em jogo é não apenas a terra das famílias, mas também as suas vidas, principalmente daqueles que se negam a sair dos seus locais de moradia e produção ou lideram processos coletivos de resistência – quanto a contaminação de solos, de rios, inviabilizando formas tradicionais de subsistência, também é descrito pelos atingidos.

Segundo Amazonas (2021), “o primeiro grande crime foi a retirada do povo” e Tapajós (2021) acrescenta: “quando chegou o empreendimento eles não quiseram saber disso. Foram expulsando as famílias; foram destruindo tudo o que tinha. Destruindo sítio, destruindo roça, destruindo rio, destruindo tudo”. Toda essa destruição, por seu turno, impõe sérias dificuldades para as famílias sobreviverem, pois já não podem se alimentar do que, antes, eram as suas principais fontes de nutrição. “A gente, hoje, não pode mais pegar o peixe desse rio, o camarão, porque é muito comprometido de metais e outros rejeitos que têm dentro desse rio; além do esgoto” (TAPAJÓS, 2021).

Aos afetados os deslocamentos forçados e à contaminação do meio ambiente, soma-se também a insegurança, a violência e a possibilidade de ser morto por não querer sair de seu território ou se contrapor aos grandes projetos. Amazonas (2021), em meio às ameaças que vive, como liderança local, avalia que, “depois desses grandes projetos, depois dessas empresas todas que vieram pra cá, veio muita gente que mata por um prato de comida”; ela reconhece os riscos que corre e sabe que, a sua luta, a sua posição contrária às violações direitos dos atingidos,

² A segunda bacia da Alunorte no modelo de Depósito de Resíduos Sólidos (DRS)

choca-se frontalmente com os interesses econômicos que determinam a forma de operar dos grandes projetos. “E sabe lá quantas vezes Deus não me livrou aqui na minha porta mesmo. Quantas vezes, porque pela forma como eu falo, de querer o que é de direito, o que é bom” (AMAZONAS, 2021).

As externalidades referidas por Castro (2019), como efeitos sociais, econômicos e ambientais desencadeados pelos grandes projetos, que se fazem sentir na realidade imediata das populações locais, mas que as empresas não reconhecem como suas responsabilidades, são descritas da seguinte forma por Tocantins (2020):

Aí isso também é [...]. Houve assim uma... um processo de desmatamento, né? De se diz assim [...] de poluição. Houve problemas de usuários... a droga que chega, né? O pessoal se mete também no meio desse pessoal. Houve também a comercialização, de muitas pessoas pegar lote de terra e vender.

A esses problemas, que transformam os modos de vida dos habitantes locais, interferem na sua cultura, em suas relações sociais, na sua subsistência, soma-se também a imprevisibilidade, o risco constante de que ocorram, a qualquer momento, novas situações que podem ocasionar efeitos ainda mais drásticos, rápidos e violentos sobre o meio ambiente e a vida das pessoas. Os atingidos em Barcarena olham para as bacias de rejeito da Hydro e sentem medo, pois sabem o que já aconteceu em outras cidades que também possuem barragens da mineração; viram a morte, o desespero, as perdas e a destruição. Eles se sentem inseguros e desamparados, como Xingu (2020):

Eu sinto muita preocupação, mano. Eu moro aqui, eu amo morar aqui, mas ao mesmo tempo eu fico muito preocupada, porque esse lado aqui tá... é o acesso pra Hydro; essas terras aqui vêm daí, e o que vier daí mano, vai atingir todo mundo pra cá; aí o nosso rio não vai prestar mais.

Segundo Nascimento (2019), a Hydro-Alunorte possui uma incapacidade crônica de operacionalizar o tratamento e armazenagem dos rejeitos de sua fábrica frente ao crescimento exorbitante da produção, uma das consequências é a expansão sem planejamento e respeito às normativas técnicas do licenciamento ambiental, levando à criação de novas bacias, como a DRS-2 que, para Moreno (2019), é a mais perigosa, pelo material altamente tóxico contido, por seu tamanho superior a 100 hectares e da falta de estudos quanto ao destino dos efluentes em caso de rompimento.

O rompimento de uma barragem é uma situação limite que mostra uma das faces mais perversas dos grandes projetos; é fruto da ganância, da ânsia por lucro e da produção desenfreada de mercadorias que só deixa a lama para trás. Quando um crime desses ocorre, saltam aos olhos todas as demais características dos grandes projetos, sistematizadas a partir das pesquisas que os estudam, mas expressas na realidade mesma dos atingidos. Os grandes projetos na Amazônia e em Barcarena, portanto, tal como se constituem na atualidade, são fruto de um processo histórico inserido na formação social e econômica da região, e que merecem ser visualizados, pois suscitam também importantes elementos sobre algumas das principais determinações para a produção dos impactados, mas é fundamental, também, ouvir e sistematizar o que estas pessoas pensam, falam e fazem em seus cotidianos, compreendendo e analisando aos grandes projetos, a si próprios e como são produzidos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atingido não é uma definição abstrata, pelo contrário, refere-se a um ser social de extrema complexidade, produzido pelas forças materiais da realidade que está inserido;

produzido como um ser total, objetivo e subjetivo, individual e coletivo, histórico, social, econômico e político. Eles têm nomes, idades, cores, religião, diversões, trabalhos, experiências, histórias e concepções diversas. São ribeirinhos, agricultores familiares, trabalhadores urbanos, militantes sociais, descendentes indígenas e quilombolas. É na diversidade e na resistência que se constroem como unidade e se reconhecem enquanto impactados por esses projetos.

Esses grandes projetos representam, de um lado, a força destruidora do capital como ação necropolítica (Mbembe, 2016), sobre a natureza e sobre a vida das pessoas, os atingidos, por outro lado, representam a força criadora e transformadora na coletividade e, ao mesmo tempo, na afirmação das individualidades e subjetividades através de suas lutas. O exercício – que é tanto científico quanto político – de “pesquisarCOM” os afetados, além de possibilitar um diálogo imanente com os seus saberes, pode contribuir fundamentalmente para a formulação e implementação de políticas públicas para a região amazônica, que considerem um conceito verdadeiramente amplo e estejam, de fato, voltadas à garantia dos direitos das pessoas, povos e comunidades.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Entrevista III**. [mar. 2021]. Entrevista concedida a Robert Damasceno Monteiro Rodrigues. Barcarena, 2021.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

BARROS, M. J. B. Vila do Conde e instalação dos projetos industriais em Barcarena. In: MATHIS, A.; COELHO, M. C. N.; SOMONIAN, L. & CASTRO, E. (orgs.). **Poder local e mudanças sócio-ambientais**. Belém: NAEA/UFPA, p.181-200. 2007.

CARMO, E. D. Nunca foram acidentes, sempre são desastres e crimes: narrativas, disputas e resistências na zona de sacrifício de Barcarena. In: **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE. Brasil, Ano 3, v. 3, n.8, jan./abr, p. 96-125. 2020.

CASTRO, E. M. R. (org.). **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, E. Estratégias de expansão territorial de empresas minerais na Amazônia e desastres socioambientais. In: CASTRO, Edna. & CARMO, E. C. (org.). **Dossiê desastres da mineração em Barcarena**. Belém: NAEA: UFPA, 2019. p. 17-32.

CMB/ONU. **Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões**. Um sumário. Relatório da Comissão Mundial de Barragens, Trad. de Carlos Afonso Malferrari, novembro de 2000. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsbsites/upload/41/cmb_sumario.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Organizadores: Marcio Zonta e Charles Trocate. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015. (A questão mineral no Brasil: v. 1).

CHAGAS, E. F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, Maio/Ago., 2013.

ESTRONIOLI, E. M. **UHE Belo Monte e as concepções especiais do conceito de atingido por barragem:** uma análise a partir da Lagoa do Independente I em Altamira-PA.

Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPA/PPGEO, Belém, 2021.

FEARNSIDE, P. **Hidrelétricas na Amazônia:** impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FIALHO NASCIMENTO, N.S. **O Destino de uma comunidade “cabôca” frente a um grande projeto (o caso Montanha/Curupeté).** 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

GERMANI, G. I. **Expropriados. Terra e Água:** o conflito de Itaipú. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

HAZEU, M.T. **O NÃO-LUGAR DO OUTRO:** sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

HOHN, D. C. **Geração de energia elétrica e territorialização:** o caso da Usina Hidrelétrica Estreito. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/148008>. Acesso em: 15 out. 2018.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M. & CODÓ, W. (org.). **Psicologia Social: o homem em movimento.** 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 10-19.

LASCHEFSKI, K. A. Rompimento de barragens e em Mariana e Brumadinho (MG): desastres como meio de acumulação por despossessão. **AMBIENTES.** Vol. 2, nº 1, 2020. p. 98-143.

LOSEKANN, C. “Não foi acidente!”: o lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: ZHOURI, Andréia. (org.). **Mineração, violências e resistências:** um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil. Marabá, PA: iGuana, ABA, 2018. p. 67-112.

MAB. **O lucro não vale a vida:** análise do MAB sobre o crime da vale em Brumadinho/MG. São Paulo: Movimento dos Atingidos por Barragens, 2019.

MANSUR, M. S.; et al. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: ZONTA, Marcio & TROCATE, Charles (orgs.). **Antes fosse mais leve a carga:** reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2016.

MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. da (orgs.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: relatório da SBPC [livro]. São Paulo: SBPC, 2017.

LEAL, A. L. A(s) resistência(s) ao grande projeto na Amazônia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, número especial, p. 85-103, novembro de 2016.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e Dor**: Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado. Orientado por Jean Hébert do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Pierre Teisserenc da École Doctorale Vivant et Sociétés. Belém: UFPA, 2007. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1952/1/Tese_LamentoDorAnalise.pdf. Acesso em: 12 de out. de 2020.

MARQUES, G. de S. **Amazônia**: riqueza, degradação e saque. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una psicología política latino-americana. Trad. LACERDA JR, Fernando. *Psicologia Política Latino-Americana*. **Psicologia Política**, vol. 13, nº 28, set.-dez., 2013, p. 555-573.

MARX, Karl & Engels, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélío Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAIA, R. de O. M. **Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de “desenvolvimento”**. Tese de Doutorado. Orientadora Rosa Elisabeth Acevedo Marin. Belém: NAEA/UFPA, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9062>. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

MORAES, M. D. “pesquisarCom” o de tecer e destecer fronteiras. In: TAVARES, G. M.; MORAES, M. & BERNARDES, A. G. (orgs.). **Cartas para pensar**: políticas de pesquisa em psicologia. Dados eletrônicos. Vitória: EDUFES, 2014.

MORENO, M. **Depósitos da Hydro em Barcarena são os mais perigosos**. [Entrevista Concedida a] Victor Furtado. Belém, O Liberal, 04 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/dep%C3%B3sitos-da-hydro-em-barcarena-s%C3%A3o-os-mais-perigosos-1.57349>. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

NASCIMENTO, S. M.do. O licenciamento ambiental da Hydro Alunorte: o que há entre desastres, licenças e expansões produtivas? In: CASTRO, Edna. & CARMO, E. C. (org.). **Dossiê desastres da mineração em Barcarena**. Belém: NAEA: UFPA, 2019. p. 87-100.

PORTO-GOLÇALVES, C. W. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

ROTHMAN, F. D. **Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.

SILVA JÚNIOR, C. P.; PETIT, P. Hidrelétricas na Amazônia: Impactos energéticos, sociais e ambientais. In: SILVA, Idelma Santiago da; et. al. **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira**. Marabá: UNIFESPA, 2015.

SIGAUD, L. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: Museu Nacional-UFRJ, 1986. Disponível em: <http://www.ppgasmn-ufRJ.com/uploads/2/7/2/8/27281669/c9.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

TAPAJÓS. **Entrevista IV**. [mar. 2021]. Entrevista concedida a Robert Damasceno Monteiro Rodrigues. Barcarena, 2021.

TOCANTINS. **Entrevista I**. [dez. 2020]. Entrevista concedida a Robert Damasceno Monteiro Rodrigues. Barcarena, 2020.

TOURINHO, H. L. Z. (Coord.). **Repercussões socioeconômicas do complexo Albrás-Alunorte em sua área de influência imediata**. Belém: IDESP, 1991. (Relatório de pesquisa).

VAISMAN, E. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. **Perspectiva**, Florianópolis, vol. 27, n. 2, jul./dez. 2009, p. 441-459.

VALVERDE, O. **Grande Carajás: planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1989.

VAINER, C. B. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.

XINGU. **Entrevista II**. [dez. 2020]. Entrevista concedida a Robert Damasceno Monteiro Rodrigues. Barcarena, 2020.

ZHOURI, A. Desregulação ambiental e desastres da mineração no Brasil: uma perspectiva da ecologia política. In: CASTRO, Edna. & CARMO, E. C. (org.). **Dossiê desastres da mineração em Barcarena**. Belém: NAEA: UFPA, 2019. p. 41-50.

ZHOURI, A. et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e cultura**, v. 68, pp. 36-40, 2016.